

Governo concentra esforços em 15 pontos no 2º turno



O relator Bernardo Cabral entrega ao deputado Ulysses Guimarães o relatório sobre as emendas para o segundo turno

Ulysses recebe pareceres de Cabral e elogia o texto do primeiro turno

Em tom de palanque, o presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 71, voltou a elogiar o trabalho constitucional, ao receber das mãos do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), 56, os pareceres sobre as emendas oferecidas em plenário ao Projeto de Constituição B, que resultou do primeiro turno de votações. "Esta Constituição é melhor que todas que o país já teve, porque o cidadão é melhor, e esta é uma constituição-cidadã", afirmou Ulysses às 18h, em seu gabinete na Câmara, ao lado do relator, seus adjuntos e vários líderes partidários.

"Não é corujice, não, porque ela não é filha minha. Eu sou uma parte de todo esse esforço. Ela tem

pluralidade de país, o que não é desdouro nenhum, e o pai-mor é o relator Bernardo Cabral", disse Ulysses. Ele acrescentou que a Constituição em preparo "não é taumaturga (que faz milagres) ou messiânica". Segundo o presidente do Congresso constituinte, "ela não vai resolver todos os problemas do país, mas vai resolver muitos problemas a curto e a médio prazo, os problemas dos necessitados, dos miseráveis".

O relator examinou as 1.844 emendas apresentadas, dando parecer favorável a 436, contrário a 1.236 e parcialmente favorável a 40. Ulysses já havia rejeitado 56 emendas, que foram consideradas aditivas ou modificativas. Além de três emendas

modificadas pelos autores, 73 foram consideradas prejudicadas, já que outras emendas atendiam com vantagem os mesmos objetivos.

Os pareceres serão divulgados amanhã. Quinta e sexta-feira deverão ser apresentados os pedidos de destaque. Sábado e domingo, a Mesa do Congresso constituinte classificará os destaques, agrupando-os por temas.

As votações do segundo turno devem começar na próxima segunda-feira. Os pareceres são um "guia" para as votações, como ele mesmo disse, e seu parecer contrário não pode impedir a aprovação de nenhuma emenda, desde que ela obtenha 280 votos em plenário.

O presidente José Sarney reúne hoje o comando político do governo (dez ministros e os quatro líderes no Congresso) para fazer uma nova seleção dos principais pontos do projeto constitucional sobre os quais vão ser concentrados os esforços do governo, no segundo turno de votações do Congresso constituinte.

O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha (PB), disse que a nova triagem deverá reduzir para 15 o número de pontos que o governo tentará modificar ou suprimir. Ontem, o governo já reduziu de 73 para 38 os dispositivos que considera passíveis de alterações.

Na reunião de hoje, será definida a estratégia de mobilização da base parlamentar de apoio ao governo, para tentar reunir os 280 votos necessários à aprovação de qualquer dispositivo.

Na opinião de Sarney e dos líderes governistas, a supressão de alguns pontos é essencial. Gadelha destacou o tabelamento dos juros em 12% ao ano. Afirmou que este é ponto consensual. A posição é a mesma em relação ao aumento do Imposto de Renda em 5% para os Estados.

Segundo o líder do PFL na Câmara, José Lourenço (BA), o presidente ficou surpreso com a redução do limite de idade de 60 para 55 anos para a aposentadoria do trabalhador rural. Segundo Lourenço, de um momento para outro, o governo poderá se ver diante de 2 milhões de

Da Sucursal de Brasília



Serão 163 leis complementares, diz Brossard

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, disse ontem, em entrevista coletiva realizada no Palácio do Planalto, que a nova Constituição exigirá a elaboração de 163 leis complementares. Segundo Brossard, isto demandará um esforço muito grande do governo, que já vem se

empenhando na elaboração de algumas leis.

Brossard não quis revelar quais os assuntos que estão em pauta. Ele adiantou que a maioria destas leis serão elaboradas pelo Ministério da Justiça. Mas todo o trabalho, segundo o ministro, contará com a colaboração de outros órgãos do governo federal.

aposentados (Lourenço não soube apontar o número de aposentados que o país tem hoje). Sarney, segundo o líder do PFL, pedirá ao ministro Renato Archer que avalie a repercussão desta decisão no Ministério da Previdência Social.

Lourenço disse ainda que foi entendida como "no mínimo curiosa" a decisão de proibir a distinção entre trabalhadores braçais e intelectuais. "É um artigo que cria uma sociedade sem classe. Parece que foi copiado da Constituição da Hungria." Lourenço disse que os líderes do governo encontram-se hoje com o líder do PMDB no Congresso constituinte, deputado Nélson Jobim (RS), de posse de um quadro de dados "mais específicos" para uma avaliação correta do projeto.

Relatório Cabral

O presidente Sarney, durante a reunião de ontem com os líderes governistas, com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, e com o assessor parlamentar da Presidência, Henrique Hargreaves,

fez uma avaliação preliminar do novo relatório do deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Segundo o líder Marcondes Gadelha, o presidente considerou o parecer "sensato, bem-intencionado e bem-articulado". A maioria das modificações introduzidas por Cabral foi "muito bem aceita pelo governo", segundo Gadelha.

O presidente, no entanto, continua preocupado com a repercussão econômica da nova Carta. No último programa "Conversa ao Pé do Rádio", sexta-feira, Sarney afirmou que alguns dispositivos poderiam custar mais de Cz\$ 1 trilhão, o correspondente a 3,89% da dívida externa. Indagado se este número representava algum cálculo já feito pelo governo, Gadelha disse que era "um bom número para se raciocinar". Ele adiantou que o presidente encarregou o ministro-chefe do gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, de coordenar, junto à área econômica do governo, o levantamento do custo da nova Carta para ser apresentado hoje durante a reunião.

Os principais pareceres de Cabral

Favoráveis

★ Limitação da taxa de juros reais em 12% ao ano: o relator acolheu emenda do deputado Luiz Roberto Ponte (PMDB-RS) que transfere o tabelamento dos juros para a legislação complementar.

★ Anistia da correção monetária das dívidas aos micro e pequenos empresários e pequenas e médias produtoras rurais, contraídas durante o Plano Cruzado.

★ Anistia fiscal: idem, para suprimir a isenção de multas, juros ou outros encargos sobre os débitos com as Fazendas federal, estadual e municipal, relativos a tributos, geradas até 31 de dezembro de 1987.

★ Reforma agrária: acolheu emenda que suprime o dispositivo estabelecendo que as propriedades produ-

tivas "são insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária".

★ Privilégios à empresa brasileira de capital nacional: supressão da expressão "de capital nacional" no dispositivo que determinava que "na aquisição de bens e serviços, o Poder Público dará tratamento preferencial à empresa brasileira de capital nacional".

★ Anexação do território de Fernando de Noronha ao Estado de Pernambuco: Cabral acolheu emenda do deputado Fábio Feldman (PMDB-SP), que alegou que a permanência do arquipélago sob a jurisdição da União favoreceria a preservação meio ambiente.

★ Reeleição para a presidência da Câmara dos Deputados: o relator acolheu emenda que permite a reeleição de Ulysses Guimarães

para a presidência da Câmara dos Deputados.

★ Jornada máxima de seis horas: no dispositivo que garante jornada máxima de seis horas para turnos ininterruptos de revezamento, Cabral deu parecer favorável a uma emenda que retira a expressão "máxima".

Contrários

★ Direito de voto a partir de 16 anos.

★ Direito de greve: dispositivo que assegura o direito de greve aos trabalhadores, que decidirão sobre sua oportunidade e os interesses através dela defendidos.

★ Licença de 120 dias à gestante: Cabral manteve o espírito da licença-paternidade, nos termos fixados pela lei, acolhendo emenda que suprime a definição do prazo de oito dias aprovado no primeiro turno.